Prefeitos pedem 20% do FND aos municípios

Destinação de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento aos municípios, com a distribuição sendo feita de acordo com a população de cada um deles; ampliação da cota do Fundo de Participação dos Municípios, de 17% para 20%; e criação imediata de um fundo de ressarcimento, para recompor os prejuízos que os municípios têm com a isenção do ICM nas exportações.

As propostas acima são da Frente Municipalista Brasileira e deverão constar do documento "O Municipio na Constituinte", que prefeitos vereadores de todo o Brasil entregarão, no dia 25, ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. A reunião dos prefeitos e vereadores com Ulysses Guimarães faz parte da programação do Encontro Nacional de Municípios pela Constituinte Municipalista Reforma Tributária de Emergência, que será realizado nos dias 24 e 25, em Brasília, no Auditório Petrônio Portella do Congresso Nacional.

O Encontro — que já está sendo definido como a "Marcha dos Prefeitos e Vereadores a Brasília" - tem como objetivo pressionar o governo para que sejam adotadas medidas que melhorem situação dos municípios, definida como "crítica, pior do que em 1982" pelo deputado Vasco Alves (PMDB-SP), vice-presidente da

Municipalista Brasileira.

Durante o Encontro - que contará com a presença do governador eleito de São Paulo e presidente da Frente. Orestes Quércia —, os prefeitos e vereadores pretendem entregar, também, ao presidente José Sarney o documento "Reforma Tributária de Emergência".

A luta pela implantação da reforma tributária de emergência é a principal bandeira da bancada municipalista na Constituinte, que trabalha em sintonia com a Frente Municipalista. Articulada pelos deputados Vasco Alves e Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), a bancada é composta, atualmente, por cerca de 40 parlamentares de diversos partidos.

Estão sendo estudadas pela Frente e pela Bancada a distribuição dos recursos oriundos da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais da seguinte forma: 10% para a União, 45% para os governos estaduais e 45 % para

os governos municipais.